

VESTE S.A. ESTILO
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

Data: 28 de abril de 2026

Horário: 10h

Formato: Presencial

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS SUJEITAS À DELIBERAÇÃO.....	3
2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
3. ANEXO I – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia	7
4. ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido.....	37
5. ANEXO III – Ratificar a eleição dos membros do Conselho de Administração para complementação do mandato em curso	44
6. ANEXO IV – Remuneração dos Administradores	50

1. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS SUJEITAS À DELIBERAÇÃO

Todas as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia (“**AGO**” ou “**Assembleia**”), assim como as demais informações e documentos pertinentes ao exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição na sede da VESTE S.A. ESTILO (“**Companhia**” ou “**VESTE**”), na página de Relações com Investidores (www.veste.com), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“**CVM**”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br).

De acordo com o edital de convocação (“**Edital**”) divulgado, a AGO terá a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do relatório do comitê de auditoria e do parecer do conselho fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
2. Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
3. Ratificar a eleição dos membros do Conselho de Administração para complementação do mandato em curso;
4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser paga até a data da Assembleia Geral Ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atenção ao disposto nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**LSA**”), da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**RCVM 80/22**”), da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**RCVM 81/22**”), a administração da VESTE submete à apreciação de V.Sas. a Proposta da Administração (“**Proposta**”) a seguir, contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na AGO.

1. **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do relatório do comitê de auditoria e do parecer do conselho fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

As contas dos administradores são apresentadas junto ao relatório da administração e às demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria da Companhia.

Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas e as demonstrações financeiras foram apreciadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 02 de março de 2026, na qual foi aprovada a submissão à Assembleia Geral, considerando o parecer favorável e o relatório do comitê de auditoria.

Na mesma data, os auditores independentes emitiram o seu relatório, sem ressalvas, e o conselho fiscal emitiu o seu parecer, no sentido de que as demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela AGO.

As demonstrações financeiras, com data base 31 de dezembro de 2025, são referentes ao exercício social encerrado nessa mesma data, sendo compostas pelas seguintes demonstrações contábeis: (i) Balanços Patrimoniais; (ii) Demonstrações do Resultado do Exercício; (iii) Demonstrações do Resultado Abrangente; (iv) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e (vi) Demonstrações do Valor Adicionado. As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras e visam complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento.

Neste contexto, os documentos apresentados pela Administração da Companhia são: (i) Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas; (iii) Parecer dos Auditores Independentes; (iv) Relatório e Parecer do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal; (v) Proposta de Orçamento de Capital e declarações dos Diretores da Companhia; e (vi) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Anexo I desta Proposta).

Os documentos identificados nos itens (i) a (v) podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico da Companhia: <https://www.veste.com/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

A Companhia recomenda, aos seus acionistas, que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela administração, a fim de deliberarem acerca das contas dos Administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Para obter mais informações sobre esse assunto, consultar o **ANEXO I** a esta Proposta da Administração ("Proposta").¹

2. Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

A administração da Companhia apresenta a proposta para destinação do Lucro Líquido do exercício, nos termos do Anexo A à Resolução CVM 81/2022, conforme o **ANEXO II** à presente Proposta.

O lucro líquido da Companhia no exercício foi de R\$ 24.408.860,06 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e sessenta reais e seis centavos)

¹ Resolução CVM nº 81, de 1º de setembro de 2022 ("RCVM 81/22"), Anexo A

correspondente ao resultado positivo apurado no período, após a incidência dos impostos e contribuições incidentes sobre a renda.

A administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício:

Reserva Legal: R\$ 1.220.443,00

Dividendos: R\$ 5.797.104,26

A Companhia entende que a proposta de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos, foi formulada de acordo com as obrigações legais e estatutárias da Companhia.

3. Ratificar a eleição dos membros do Conselho de Administração para complementação do mandato em curso;

Em razão das renúncias apresentadas, em 02 de dezembro de 2025, pelos Srs. Roberto Christiano Gaspar de Oliveira e Sebastian Emilio Servoin Neumann, o Conselho de Administração deliberou, na mesma data, pela eleição da Sra. CRISTINA ANNE BETTS para preenchimento de um dos cargos vagos, permanecendo o outro cargo em vacância.

Posteriormente, em 12 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração elegeu a Sra. CAROLINA ROSSI WOSIACK para preenchimento do cargo então vago.

Ainda, em 17 de março de 2026, os Srs. Pedro Tavares Martins e Luciano Mathia Penha apresentaram renúncia aos seus cargos, tendo o Conselho de Administração deliberado em 24 de março de 2026, pela eleição dos Srs. HENRY COSTA e FÁBIO DE BARROS PINHEIRO para o preenchimento das respectivas vacâncias.

Dessa forma, nos termos da Lei nº 6.404/76² e do estatuto social da Companhia, a Administração submete à apreciação da AGO a ratificação das eleições realizadas pelo Conselho de Administração para os referidos cargos.

Os membros eleitos abaixo exercerão mandato para complementação do mandato em curso, o qual se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

- a. **CRISTINA ANNE BETTS**, brasileira, administradora de empresas, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo;
- b. **CAROLINA ROSSI WOSIACK**, brasileira, administradora de empresas, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo;

² Lei das Sociedades Anônimas ("LSA"), artigo 150)

- c. **HENRY COSTA**, brasileiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul; e
- d. **FÁBIO DE BARROS PINHEIRO**, brasileiro, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na cidade de Porto Feliz, estado de São Paulo.

Os conselheiros **CRISTINA ANNE BETTS, CAROLINA ROSSI WOSIACK, HENRY COSTA e FÁBIO DE BARROS PINHEIRO** foram indicados pelo Conselho de Administração e estão enquadrados nos critérios de independência.³

Para obter mais informações, consulte o documento no **ANEXO III** desta Proposta.

A Administração propõe a ratificação das eleições por chapa única, a ser aprovada pela maioria dos acionistas presentes, ressalvada a hipótese de adoção do voto múltiplo, caso em que a votação será realizada individualmente, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas da Companhia que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social poderão requerer, por escrito, a adoção de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO. As informações sobre o procedimento para adoção de voto múltiplo estão descritas no Manual para Participação da AGO ("Manual").

4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser paga até a data da assembleia geral ordinária na qual os acionistas da Companhia deliberarão sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

A administração da Companhia propõe fixar a remuneração global dos administradores, a ser paga até a data da assembleia geral ordinária na qual os acionistas da Companhia deliberarão sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, no valor total de até R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais), incluindo remuneração fixa, variável e baseada em ações.

Para fins de comparação, no exercício social de 2025, foi aprovada proposta de remuneração global dos administradores no valor de até R\$ 16.100.000,00 (dezesseis milhões e cem mil reais), tendo sido efetivamente realizado o montante de R\$ 10.116.752,01 (dez milhões, cento e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e um centavo).

A proposta de remuneração para 2026 representa, portanto, uma redução de aproximadamente 9,9% em relação ao montante proposto para 2025, refletindo um movimento de ajuste da estrutura de remuneração da Companhia.

³ Regulamento do Novo Mercado, art. 17, inciso II

Por outro lado, quando comparada ao valor efetivamente realizado em 2025, a proposta para 2026 representa um aumento de aproximadamente 43,3%.

Destaca-se que a variação observada decorre da remuneração variável da Diretoria, especialmente bônus e incentivos de longo prazo, alinhada ao desempenho da Companhia, às práticas de mercado e à estratégia de retenção e incentivo da alta administração.

Comparativo de Remuneração (R\$)					
Órgão	2025 (Realizado)	2025 (Proposto)	2026 (Proposto)	Δ 25 Real vs 25 Prop	Δ 25 Prop vs 26 Prop
Conselho de Administração	2.798.035,06	4.400.000,00	3.500.000,00	+1.601.964,94 (+57,3%)	-900.000,00 (-20,5%)
Diretoria Estatutária	7.064.364,95	11.400.000,00	10.900.000,00	+4.335.635,05 (+61,4%)	-500.000,00 (-4,4%)
Conselho Fiscal	254.352,00	300.000,00	100.000,00	+45.648,00 (+17,9%)	-200.000,00 (-66,7%)
Total	10.116.752,01	16.100.000,00	14.500.000,00	+5.983.247,99 (+59,1%)	-1.600.000,00 (-9,9%)

Para obter mais informações sobre esse assunto, consultar o **ANEXO IV** a esta Proposta da Administração.

ANEXO I

2. Comentários dos diretores

2.1 – Os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e suas respectivas notas explicativas.

Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nossas informações contábeis intermediárias consolidadas não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstração contábil intermediária (Pronunciamento técnico - CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para os períodos/exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e operacionais descritas a seguir para avaliar nossos negócios.

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido	24.409	665
Lucro Líquido Ajustado	33.173	14.182
EBITDA	261.671	216.131
EBITDA Ajustado (1)	266.695	224.876
EBITDA Ajustado (ex IFRS-16)	185.581	148.304

- (1) Ajustes para eliminar os efeitos dos seguintes itens: (i) em 2024, houve despesas relativas à reestruturação de áreas corporativas, encerramento de operações e desmobilização de lojas, no valor de R\$ 8,7 milhões (ii) em 2025, houve

despesas relativas à reestruturação de áreas corporativas, encerramento de operações, no valor de R\$ 2,6 milhões e despesas com plano de *Stock Option* no valor de R\$ 2,4 milhões.

Além dos ajustes citados acima, temos outros itens que embora não afetem o EBITDA Ajustado, impactam no Lucro (prejuízo) líquido, a saber (i) em 2024 houve amortização acelerada na linha do ativo intangível de implantação e licença de software, devido à substituição de tecnologia no 1º trimestre de 2024, em R\$ 1,2 milhão e efeito de depreciação acelerada de lojas reformadas R\$ 3,6 milhões (ii) em 2025 houve recálculo da vida útil das lojas reformadas no valor de R\$ 2,9 milhões.

(em R\$ milhares, exceto os índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio líquido	1.065.477	1.043.284
Dívida Bruta ¹	154.174	161.763
Dívida Líquida ²	113.671	106.831
Caixa e equivalentes de caixa	40.503	54.932
Índice Dívida Líquida/(Dívida Bruta + Patrimônio líquido)	0,1x	0,1x
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	0,4x	0,5x
Dívida Líquida/EBITDA LTM Ajustado (ex IFRS 16)	0,6x	0,7x

(1) Soma de Cessão de Recebíveis, Empréstimos e Debêntures Circulante e Não Circulante. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência

(2) Diferença entre Dívida Bruta e Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

No ano de 2025, a receita líquida totalizou R\$ 1,24 bilhão, com crescimento de 10,4% e aumento de *same store sales* de 9,0%. O lucro bruto ajustado foi de R\$ 793,8 milhões, com margem bruta ajustada de 63,9%, 0,3p.p. acima do ano anterior. O crescimento de 0,3 ponto percentual reflete disciplina comercial, com melhor mix de produtos e maior participação de vendas a preço cheio. O EBITDA ajustado somou R\$ 266,7 milhões, um crescimento de 18,6% frente a 2024, com ganho de 1,5 ponto percentual de margem EBITDA ajustada. E o lucro líquido ajustado foi de R\$ 33,2 milhões, confirmando a evolução relevante e consistente da rentabilidade da Companhia.

Esses números foram gerados num ambiente corporativo que transmite confiança e solidez e que é sustentado por três grandes eixos.

O primeiro deles é a força das marcas e o crescimento com identidade. A Le Lis teve mais um ano muito consistente, com crescimento de 11,6% das vendas, expansão de 3,6% da base ativa de clientes e alta participação de vendas a preço cheio. A marca segue como o principal pilar de geração de valor da Companhia. A BO.BÔ consolidou o papel estratégico dentro do portfólio, com crescimento expressivo de 14,8% ao longo do ano, ganho de relevância no faturamento total e evolução consistente de margem. Na Dudalina, o faturamento foi 5,2% maior em relação a 2024 e demos passos essenciais para acelerar o crescimento a partir de 2026. Abrimos 15 franquias ao longo do ano e encerramos dezembro com 22 operações da marca, compartilhando o sucesso com nossos parceiros. Concentramos também os esforços no ganho de eficiência. O estoque da marca reduziu 43% em relação a dezembro de 2023 e 21% comparado a dezembro de 2024, enquanto o EBITDA da marca cresceu mais de 20% no ano. Na John John, cumprimos o esperado, a estabilidade, demonstrada pelo crescimento de 2,1%, e nos concentramos nos processos importantes de ajuste de mix, eficiência operacional e posicionamento. O terreno está preparado para novos ciclos de crescimento. Por fim, a Individual apresentou crescimento de 8,7% em 2025, como resultado do foco direcionado para o canal

de B2B.

O segundo eixo são os canais que escalam com rentabilidade. O canal digital encerra 2025 em um novo patamar. A migração completa para a plataforma VTEX foi concluída, permitindo maior escalabilidade, melhor experiência para o cliente e ganhos claros de eficiência. O B2C digital cresceu 26,5% no quarto trimestre e 21,3% no ano, com expansão de margem e aumento da participação de aplicativos, que já representam 24,3% das vendas digitais. E o canal B2B teve mais um ano de forte evolução. Crescemos 13,7% em faturamento, ganhamos margem e avançamos na transformação do modelo, com destaque para a expansão das franquias da Dudalina.

Como terceiro eixo, temos disciplina operacional e solidez financeira. Essa disciplina se demonstra em três principais pontos: a gestão de estoques, a administração das despesas e a alocação de capital. Com disciplina na gestão dos estoques, chegamos a 177 dias de cobertura de estoque ao fim de dezembro de 2025, uma redução de 44 dias em relação ao ano anterior. No campo das despesas, melhoramos em 1,2 ponto percentual a relação de despesas sobre receita líquida. E quanto à alocação de capital, pagamos a primeira parcela da 13ª emissão de debêntures, fechando o ano com dívida líquida de R\$ 114 milhões versus R\$ 143 milhões em setembro de 2025. Apoiados pela consistência da operação, seguimos avançando na redução do endividamento e no fortalecimento do balanço.

Encerramos 2025 confiantes na estratégia que escolhemos. Ainda mais do que bons números, o ano que passou deixa legados que nos impulsionam: (i) base ativa de clientes maior e mais engajada, (ii) jornada de compra mais integrada entre canais, (iii) B2B reposicionado e em crescimento, (iv) infraestrutura tecnológica pronta para escalar, (v) e a organização mais preparada para crescer com rentabilidade.

Dessa forma, entramos em 2026 com fundamentos fortes para o crescimento rentável e sustentável da Veste. Vamos seguir focados em crescimento disciplinado, fortalecimento das marcas, expansão dos canais estratégicos e geração consistente de valor para os acionistas. Estamos confiantes na capacidade de execução da Companhia.

A sustentabilidade na Veste está diretamente associada ao relacionamento transparente e responsável com nossos stakeholders, orientando a evolução contínua de nossa estratégia de ESG. Desde 2022, a Companhia publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), reforçando seu compromisso com a transparência, a comparabilidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado.

No âmbito das metas públicas, a Veste estabeleceu compromissos ambientais, sociais e de governança (ASG) com horizontes para 2025 e 2030, consolidando objetivos claros e mensuráveis para a evolução de sua agenda estratégica. Em 2025, a Companhia deu um passo adicional ao submeter suas metas climáticas de curto prazo à validação da Science Based Targets initiative (SBTi), fortalecendo o alinhamento de sua trajetória de descarbonização às melhores práticas internacionais e às recomendações baseadas na ciência climática.

No campo social, a Veste manteve o foco na promoção da diversidade e inclusão, incluindo a implementação de iniciativas como o programa de Desenvolvimento de Talentos Negros, bem como o compromisso com a igualdade de gênero, com participação superior a 60% de mulheres em cargos de alta liderança. Em dezembro de 2025, a Companhia foi reconhecida como a empresa com maior

participação feminina em Diretoria em levantamento conduzido pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Datafolha, reforçando o posicionamento da Veste como referência em representatividade feminina na liderança corporativa.

Esses avanços refletem a consolidação de uma agenda ESG estruturada, integrada à estratégia corporativa e orientada à geração de valor sustentável no longo prazo.

(b) Estrutura de capital

Em 25 de março de 2022, em Assembleia Geral de Debenturistas, foi apresentada proposta, subscrita por debenturistas representando 55,81% do total das Debêntures em Circulação, de conversão dos créditos representados pelas Debêntures em ações de emissão da Companhia, com o objetivo de alcançar o reequilíbrio da estrutura de capital da Companhia. A proposta também contém certas condições mínimas para a referida conversão de debêntures em ações de emissão da Companhia (sem limitar a discussão acerca de outras), a saber: (i) que as Debêntures sejam obrigatoriamente convertidas pelo saldo do seu valor nominal atualizado; (ii) que haja uma quantidade mínima de Debêntures a serem convertidas, e (iii) o preço de emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da conversão dos créditos, e a ser fixado de acordo com a legislação societária, seja limitado à cotação média, ponderada por volume, de negociação das ações da Companhia na B3 nos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta assembleia, acrescidos de um prêmio de 10% (dez por cento).

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, uma série de mudanças à 12ª emissão, no âmbito da implementação da operação de capitalização do endividamento financeiro da Companhia representado pelas Debêntures, sendo algumas mudanças com efeito imediato e outros mediante verificação de determinadas condições suspensivas ("Condições Suspensivas"). Como contrapartida a essas deliberações, também foi aprovada pelos acionistas da Companhia a realização de um aumento de capital, o qual foi homologado em 27 de outubro de 2022 no montante de R\$ 1.637.456.175,60 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta centavos), mediante a emissão privada de 779.741.036 (setecentas milhões, setecentas e quarenta e uma e trinta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por ação. Do total capitalizado com o aumento de capital, o montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) foi destinado ao capital social da Companhia e o montante de R\$ 1.437.456 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) foi destinado à formação de reserva de capital. As Condições Suspensivas foram verificadas e as mudanças à 12ª emissão entraram em vigor no dia 26 de outubro de 2022. Vide item 2.1 (i) abaixo para mais informações sobre a 12ª Emissão.

Ainda, em continuidade ao processo de fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, em 14 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$100.000 (cem milhões de reais) mediante a emissão de 58.823.529 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por ação. O referido aumento de capital foi homologado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 8 de fevereiro de 2023, com alteração apenas da quantidade de ações emitidas, que passou a ser de 7.352.941 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, em razão do grupamento de ações que fora deliberado em 10 de janeiro de 2023.

Em 03 de março de 2024, foi homologado o aumento de capital social, no montante R\$ 10.049 (dez milhões e quarenta e nove mil reais), mediante a emissão de 573.586 (quinhentas e setenta e três mil, quinhentas e oitenta e seis) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. Em razão do Aumento de Capital homologado, citado acima, o capital social integralizado da Companhia passou de R\$ 924.758 (novecentos e vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil reais), dividido em 113.429.924 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 934.807, dividido em 114.000.510 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	590.039	613.249
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.065.477	1.043.284
Capital total (terceiros + próprio)	1.655.516	1.656.533
Parcela de capital de terceiros	35,6%	37,0%
Parcela de capital próprio	64,4%	63,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2024 eram de 1,3 e 1,5, respectivamente, e de 1,4 e 1,5 em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aproximadamente R\$161,8 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e, em 31 de dezembro de 2025, R\$154,2 milhões. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

A Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 um EBITDA Ajustado de R\$ 266,7 milhões. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$224,9 milhões.

A relação Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado foi de 0,4x em 31 de dezembro de 2025; 0,5x em 31 de dezembro de 2024. Ajustados os impactos da norma IFRS-16 sobre o EBITDA, a relação Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado (ex IFRS 16) seria de 0,6x e 0,7x em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A relação entre EBITDA Ajustado e Dívida Líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram a sua própria geração de caixa operacional e a liberação da segunda parcela do financiamento do FINEP no montante de R\$ 37,3 milhões.

A Diretoria acredita que as ações tomadas para reequilíbrio de sua estrutura de capital, conforme descrito no item 2.1(b) acima, a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros por meio de empréstimos e de nova emissão de valores mobiliários de sua emissão, incluindo ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e novas aquisições.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia advêm do caixa gerado pelas operações durante o exercício social de 2024 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado no item (b) acima.

Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar os mesmos recursos que já utiliza, ou seja, recursos oriundos de sua própria geração de caixa operacional, captação de empréstimos ou valores mobiliários no âmbito do mercado de capitais.

Em linha com sua estratégia e atenta às tendências de mercado, a Companhia avalia com frequência novas oportunidades de investimentos e poderá vir a financiar tais investimentos com o caixa e disponibilidades, com o caixa gerado pelas suas operações, com aporte de capital por parte dos acionistas, com a captação de dívidas ou pela combinação desses métodos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos	41.049	5.411
Debêntures	113.125	156.352
Total	154.174	161.763

A dívida da Companhia não estava exposta a variação cambial em dólares dos Estados Unidos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos

Empréstimo Direto (Finep)

Valor: R\$43.156.022,12

Início: 14/12/2021

Término: 15/06/2031

Pagamento de Juros: mensal

Pagamento do Principal: mensal
Saldo em 31/12/2025: R\$ 41.049,00

Em maio de 2021, a Companhia celebrou junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, um contrato de financiamento no montante total de R\$43.156, relativo ao projeto do Ecossistema Digital, mediante liberações parciais de acordo o andamento do projeto. Em 14 de dezembro de 2021, foi liberada a primeira parcela no montante de R\$5.869. O pagamento da primeira parcela de amortização de principal teve início em junho de 2024, com vencimento da última parcela em junho de 2031. Em 05 de novembro de 2025, o Finep liberou a parcela correspondente ao saldo remanescente do financiamento previsto no referido contrato, no montante de R\$37.287, que segue as mesmas condições da primeira liberação, com vencimentos mensais a partir de 15 de dezembro de 2025 e o último vencimento em junho de 2031.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um saldo de empréstimos de R\$ 5,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um saldo de empréstimos de R\$ 41,0 milhões.

Debêntures

12ª Emissão de Debêntures:

Diante do notório impacto dos efeitos da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS sobre toda a economia, em especial sobre o setor de varejo, em 04 de junho de 2020 a Companhia, celebrou um plano de recuperação extrajudicial ("Acordo"), aplicável a todos os seus credores financeiros, o qual foi homologado em 26 de setembro de 2020.

Após a homologação do Acordo, as dívidas financeiras da Companhia seguiram os novos termos e condições acordados e passaram a ser aplicáveis a todos os credores financeiros da Companhia e foram convertidas em debêntures e emitidas nos termos do Plano a saber: (i) oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados, a ser realizada pela Companhia, nos termos da ICVM 400, no montante de R\$1.435.953.703,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil e setecentos e três reais) em duas séries, no montante de R\$ 605.599.999,00 para a 1ª Série e R\$ 830.353.704,00 para a 2ª Série ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente e, em conjunto, "Debêntures"). As Debêntures foram integralizadas exclusivamente por credores financeiros da Companhia, mediante a entrega dos respectivos créditos decorrentes de operações financeiras contratadas com instituições financeiras e debêntures quirografárias emissão da Companhia, na forma e para os fins previstos no Plano de Recuperação Extrajudicial, com vencimento em 30 de junho de 2025 ("Data de Vencimento") e remuneração correspondente a 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,70% a.a. para as Debêntures da Primeira Série e 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,90% a.a. para as Debêntures da Segunda Série, sendo a remuneração paga trimestralmente a partir de 30 de setembro de 2022. Em março de 2021, foi concluído o processo de oferta pública de emissão das Debêntures nos termos mencionados acima.

Em 22 de dezembro de 2021, 25 de março de 2022 e em 28 de junho de 2022 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nas quais aprovadas pelos debenturistas a alteração da data de

pagamento da remuneração e da obrigação de realização de aumento de capital da Companhia.

Em 18 de agosto de 2022, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas na qual foram aprovadas uma série de mudanças à 12ª emissão, no âmbito da implementação da operação de capitalização do endividamento financeiro da Companhia representado pelas Debêntures, sendo algumas mudanças com efeito imediato e outras mediante verificação de determinadas condições suspensivas ("Condições Suspensivas").

Como contrapartida a essas deliberações, na mesma data também foi aprovada pelos acionistas da Companhia a realização de um aumento de capital, o qual foi homologado em 27 de outubro de 2022 no montante de R\$ 1.637.456.175,60 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme descrito no item 2.1 acima ("Aumento de Capital").

Respeitado o direito de preferência dos acionistas, os Debenturistas puderam participar Aumento de Capital, subscrevendo e integralizando as ações remanescentes mediante a transferência à Companhia de 75% (setenta e cinco por cento) ou de 100% (cem por cento) das Debêntures da 12ª Emissão por eles detidas.

Aos Debenturistas que optaram por participar do Aumento de Capital com 75% de suas Debêntures da 12ª Emissão foi concedida ainda a opção de utilizar os 25% remanescentes de suas Debêntures da 12ª Emissão para subscrever e integralizar debêntures da 13ª Emissão. Nos termos aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e divulgados pela Companhia na Proposta da Administração para realização da Assembleia Geral de Debenturistas de 18 de agosto de 2022, a 13ª Emissão tem como público-alvo apenas os Debenturistas da 12ª Emissão que tiverem participado de maneira parcial do Aumento de Capital da Companhia, remanescendo com 25% de sua posição nas Debêntures da 12ª Emissão. A 13ª emissão terá prazo de vencimento final em outubro de 2030, remuneração correspondente a CDI (Certificado de Depósito Interbancário) + 1,10% ao ano e carência de 3 (três) anos para pagamento de principal e juros.

Como resultado do Aumento de Capital, as Condições Suspensivas foram verificadas e as mudanças à 12ª emissão entraram em vigor no dia 26 de outubro de 2022, passando essa emissão a ter vencimento de principal e juros em 30 de junho de 2040 e remuneração correspondente a 100% da Taxa Referencial (TR) acrescida de sobretaxa equivalente a 1,00% a.a., tanto para as Debêntures da Primeira Série quanto para as Debêntures da Segunda Série.

13ª Emissão de Debêntures:

Em 23 de janeiro de 2024, conforme divulgado em Aviso aos Debenturistas, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o registro da oferta pública de distribuição das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em rito de registro ordinário de distribuição, da 13ª Emissão da Companhia ("Oferta" e "Debêntures da 13ª Emissão"). A Oferta foi exclusivamente destinada aos debenturistas titulares de debêntures da 12ª emissão da Companhia ("Debêntures da 12ª Emissão") que destinaram 75% do montante em aberto das Debêntures da 12ª Emissão na integralização de ações emitidas pela Companhia no aumento de capital homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2022 ("Aumento de Capital"). Como parte das tratativas à época, os debenturistas tiveram opção de migrar o saldo remanescente de 25% das Debêntures da 12ª

emissão e, com isso integralizar estes valores nas Debêntures da 13ª Emissão. Não houve captação de novos recursos no âmbito da Debêntures da 13ª Emissão uma vez que tais debêntures foram integralizadas com Debêntures da 12ª Emissão. Em 27 fevereiro de 2024 a Companhia divulgou o Anúncio de Encerramento da Oferta, informando sobre a conclusão da emissão das Debêntures da 13ª Emissão. As Debêntures da 12ª Emissão utilizadas para a integralização das Debêntures da 13ª Emissão foram canceladas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um saldo de debêntures de R\$ 156,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um saldo de debêntures de R\$ 113,1 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia declara que no último exercício e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não havia outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não tenham sido consideradas nas demonstrações e informações financeiras da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2024, 97% do endividamento da Companhia estava sujeito a cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), nos termos de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2025, 73% do endividamento da Companhia estava sujeito a cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), nos termos de cada instrumento.

Os Empréstimos possuem as seguintes principais cláusulas de vencimento antecipado, que não contêm índices financeiros, com as quais a Companhia esteve adimplente nos últimos três exercícios sociais:

- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa daquela prevista no Contrato;
- Aplicação dos recursos do financiamento em desacordo com o Cronograma de Desembolso;
- A constituição de gravame sobre as garantias estabelecidas no respectivo Contrato;
- O descumprimento de reforço ou substituição da garantia, nas hipóteses previstas no

respectivo Contrato;

- A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática pela devedora e/ou seus dirigentes de atos de trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual ou racismo;
- Mudança de controle da devedora
- Mora ou inadimplemento de obrigações e pagamento de valores previstos no Contrato
- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou decretação de falência

As Debêntures possuem as seguintes principais cláusulas de vencimento antecipado, que não contêm índices financeiros, com as quais a Companhia esteve adimplente nos últimos três exercícios sociais:

- Descumprimento de obrigação pecuniária e não pecuniária oriundas da Emissão, não sanado nos prazos previstos na Escritura de Emissão
- Aquisição do controle da Companhia;
- Cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, exceto se (a) previamente autorizada pelos debenturistas; (b) for realizada exclusivamente entre a Companhia e controladas e/ou entre controladas da Companhia; ou (c) seja assegurado aos debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- Qualquer transação, independentemente da forma jurídica, que implique na aquisição de participações societárias ou marcas pela Companhia ou suas controladas, desde que tais transações envolvam a aquisição de participações societárias ou marcas que não sejam alinhadas com o objeto social da Companhia;
- Mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas;
- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, empréstimos, mútuos ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas exclusivamente caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias em relação às debêntures; e
- Decretação de vencimento de qualquer operação contratada com instituições financeiras ou de operação no mercado de capitais pela Companhia ou suas controladas na condição de devedoras, garantidoras, fiadoras, coobrigadas ou avalistas, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$10 milhões.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Companhia havia utilizado integralmente os limites disponíveis

dos financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.230.948	100%	1.111.555	100%	11%
Custos dos produtos vendidos	(447.248)	(36,3%)	(408.288)	(36,7%)	10%
Lucro bruto	783.700	63,7%	703.267	63,3%	11%
Despesas gerais e administrativas	(177.530)	(14,4%)	(171.160)	(15,4%)	4%
Despesas com vendas	(520.947)	(42,3%)	(487.480)	(43,9%)	7%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.492)	(0,2%)	(2.739)	(0,2%)	(9%)
Outras receitas	5.477	0,4%	4.917	0,4%	11%
Outras despesas	(2.771)	(0,2%)	(3.365)	(0,3%)	(18%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	85.437	6,9%	43.440	3,9%	97%
Resultado financeiro	(61.028)	(5,0%)	(54.083)	(4,9%)	13%
Resultado antes dos impostos	24.409	2,0%	(10.643)	(1,0%)	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	11.308	1,0%	N/A
Resultado do exercício	24.409	2,0%	665	0,1%	3571%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.230.948 mil comparativamente a R\$ 1.111.555 mil no mesmo período de 2024, o que representou um crescimento de R\$ 119.393 mil ou 11%.

A variação da receita é atribuída substancialmente ao crescimento do canal B2C, com crescimento de receita bruta de 7,7% no período findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao mesmo período do ano anterior, que passou de R\$ 1.167.889 mil para R\$ 1.257.594 mil, um aumento de R\$ 87.705 mil.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 783.700 mil comparativamente a R\$ 703.267 mil no mesmo período de 2024, o que representou um crescimento de R\$ 80.433 mil ou 11%. O Lucro bruto representou 63,7 % e 63,3 % da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente.

A margem bruta manteve-se praticamente estável em comparação ao ano anterior. Esse desempenho é reflexo da continuidade da estratégia de vendas a preço cheio e da assertividade das coleções, fatores

que sustentam o patamar elevado da margem.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de -R\$ 177.530 mil comparativamente a -R\$ 171.160 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -R\$ 6.370 mil ou 4%. Despesas gerais e administrativas representaram -14,4% e -15,4 % da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente, o que representou uma redução de 1,0 p.p.

A redução da representatividade das despesas gerais e administrativas frente a receita líquida reflete a disciplina no controle de gastos e a alavancagem operacional, permitindo a diluição das despesas frente crescimento do faturamento.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de -R\$ 520.947 mil comparativamente a -R\$ 487.480 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -R\$ 33.467 mil ou 7%. Despesas com vendas representaram -42,3% e -43,9% da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente.

A redução da representatividade das despesas com vendas frente a receita líquida é resultado da otimização de gastos de marketing, além dos ganhos operacionais nas despesas com pessoal e ocupação.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de -R\$ 61.028 mil comparativamente a -R\$ 54.083 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -R\$ 6.945 mil ou 13%. O resultado financeiro representou -5,0% e -4,9% da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente.

O aumento dos custos decorre principalmente do aumento da taxa Selic (12,1% ao final de 2024 e 14,9% ao final de 2025), resultado em um aumento dos juros dos financiamentos.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi um lucro de R\$ 24.409 mil comparativamente a prejuízo de -R\$ 10.643 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 35.052 mil. Resultado antes dos impostos representou 2,0% e -1,0% da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 0,0 comparativamente a R\$ 11.308 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma redução de -R\$ 11.308 mil. Imposto de renda e contribuição social diferidos representou 1% da receita no exercício social de 2024.

Resultado do exercício

Resultado do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 24.409 mil comparativamente a R\$ 665 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R\$ 23.744 mil. Resultado do exercício representou 2,0 % e 0,1 % da receita líquida nos exercícios sociais de 2025 e 2024, respectivamente. Este aumento é atribuído, substancialmente, aos fatores descritos acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	226.616	237.950
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(109.372)	(132.597)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(112.031)	(101.271)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.213	4.082

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou uma geração de R\$ 226.616 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a uma geração de R\$ 237.950 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$ 11.334 mil, ou 4,8%, é justificado principalmente pela variação do saldo de impostos a recuperar em 2025 no valor de R\$ 63.798 mil.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 109.372 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 132.597 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$ 23.225 mil, ou -17,5 %, é justificado principalmente pela variação do saldo de Investimentos em títulos e valores mobiliários em 2025 no valor de R\$ 22.372 mil.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento representou a consumo de R\$ 112.031 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao consumo de R\$ 101.271 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de -R\$ 10.760 mil, é justificada pela variação do pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de -R\$57.103 mil.

2.2 – Os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 159 lojas próprias, 10 lojas outlets, 23 franqueadas, e-commerce e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 165 lojas próprias, 11 lojas outlets, 7 franqueadas, e-commerce e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Aceitação do público em relação aos produtos das coleções. A Companhia desenvolve anualmente duas coleções principais (Primavera/Verão e Outono/Inverno). Em cada coleção, desenvolve um elevado número de peças exclusivas. Essas peças são baseadas nas análises das equipes de estilistas, que estudam tendências nacionais e internacionais de moda e comportamento. A receita depende da aceitação dos produtos por parte dos clientes, assim como de sua adequada precificação.

Sazonalidade. O mercado de varejo de vestuário é marcado por sazonalidade, que fica evidenciada principalmente no último trimestre do ano, devido às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as liquidações, que ocorrem ao final de cada coleção principal, geralmente nos meses de janeiro/ fevereiro e junho/ julho. As liquidações geram um aumento nas vendas, porém trazem uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções e durante a alta estação. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

Preço e Promoção. Os resultados em termos de margem bruta, margem EBITDA e lucro líquido apresentam historicamente variação durante o ano. No primeiro trimestre, os resultados são negativamente afetados pela liquidação realizada no mês de janeiro/fevereiro e no segundo trimestre ou terceiro trimestre pela liquidação que acontece em junho/julho.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, fluxo de clientes, modificações de preços, pela variação no número de lojas próprias, bem como pela variação do número de lojas multimarcas que compramos produtos da Companhia para revenda.. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$1.111,6 milhões, apresentando um crescimento de 0,2% em comparação ao mesmo período de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$1.231,0 milhões, apresentando um crescimento de 11% em comparação ao mesmo período

de 2024.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode impactar relevantemente o resultado operacional da Companhia à medida que reduz o poder de compra dos consumidores e sua capacidade para obtenção de crédito, o que também se reflete em casos de aumento da taxa básica de juros, afetando o setor de varejo como um todo; bem como a variação do câmbio e do preço dos principais insumos utilizados na produção da Companhia podem impactar a sua estrutura de custos, uma vez que a matéria-prima para os insumos é comercializada em dólares.

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos). Portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC38/IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA –instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/ IFRS9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte

do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores referentes às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social. No entanto, a Companhia monitora constantemente o setor de varejo de vestuário brasileiro e analisa oportunidades de aquisição estratégicas complementares ao seu negócio. A Companhia considera a possibilidade de aquisições de empresas e negócios no mesmo segmento operacional, com potencial de crescimento, sinergias com a operação atual e que possam contribuir para o crescimento dos seus negócios e resultados.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, no decorrer do último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as seguintes medições não contábeis:

EBITDA, Margem EBITDA, e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, a Margem EBITDA, e a Margem EBITDA Ajustado são divulgados pela Companhia como informações complementares por serem indicadores úteis do seu desempenho operacional.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que a Companhia entende como não recorrentes, ou que não afetam a sua geração de caixa e que podem ser compostas por itens diferentes em cada período, como provisões e custos de rescisões, por exemplo.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas e a Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de vendas.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA e Margem EBITDA utilizadas por outras empresas, tampouco com as definições provenientes das informações contábeis históricas de EBITDA e Margem EBITDA utilizadas pela Companhia. Além disso, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são definidos conforme a realidade de cada empresa que os utiliza, podendo não ser possível comparar tais indicadores com os de utilizados por outras empresas do mesmo setor.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que corresponde ao somatório entre os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures (circulante e não circulante), cessão de recebíveis e não considera os saldos de arrendamento mercantil financeiro. A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações contábeis intermediárias que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é a razão da medição da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado, conforme explicado acima.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do (i) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
(+) Lucro (prejuízo) líquido	24.409	665
(+) Resultado financeiro líquido	61.028	54.083
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	(11.308)
(+) Despesas de depreciação, amortização e impairment	176.234	173.602
EBITDA	261.671	217.042
Margem EBITDA (1)	21,3%	19,5%
Despesas relativas à reestruturação e SOP	5.024	8.745
(+) Total de custos e despesas	5.024	8.745
EBITDA Ajustado (2)	266.695	225.787
Margem EBITDA Ajustado (3)	21,5%	20,3%

(1) Representa o EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(2) Ajustes para eliminar os efeitos dos seguintes itens: (i) em 2024, houve despesas relativas à reestruturação de áreas corporativas, encerramento de operações e desmobilização de lojas, no valor de R\$ 8,7 milhões (ii) em 2025, houve despesas relativas à reestruturação de áreas corporativas, encerramento de operações, no valor de R\$ 2,6 milhões e despesas com plano de *Stock Option* no valor de R\$ 2,4 milhões

(3) Representa o EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Bruta com as informações contábeis da Companhia:

(em R\$ milhares)	31/12/2025	31/12/2024
(+) Empréstimos e financiamentos	41.049	5.411
(+) Debêntures	113.125	156.352
Dívida Bruta	161.763	172.291

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Líquida e do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado com as informações contábeis da Companhia:

(em R\$ milhares)	31/12/2025	31/12/2024
(+) Empréstimos e financiamentos	41.049	5.411
(+) Debêntures	113.125	156.352
(-) Caixa e equivalentes de caixa	40.503	54.932
Dívida Líquida	113.671	106.831
EBITDA Ajustado	266.695	225.787
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	0,4x	0,5x
EBITDA Ajustado (ex IFRS 16)	185.581	149.215
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM (ex IFRS 16)	0,6x	0,7x

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia acredita que essas medições (não contábeis) sejam reconhecidas como medidas de desempenho frequentemente utilizadas por investidores, analistas de valores mobiliários e outras pessoas interessadas em analisar a performance das companhias. Tais medidas, contudo, são suscetíveis a variações na forma de cálculo e não são calculadas por todas as companhias da mesma maneira. Dessa forma, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado aqui apresentados podem não ser diretamente comparáveis com medidas similares apresentadas por outras companhias.

No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia.

Adicionalmente, essas medições apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de não desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização, além de outros gastos considerados pela administração como não recorrentes. Desta forma, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária ou alterações nos níveis de depreciação e amortização derivados, bem como de gastos que julgamos não recorrentes.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A divulgação de informações sobre a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado visa a apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. A Dívida Bruta é igual ao somatório da Cessão de recebíveis com direito de regresso, dos saldos de empréstimos e financiamentos, e debêntures (circulante e não circulante) e não considera os saldos de arrendamento mercantil financeiro. A Dívida Líquida é igual ao somatório da Cessão de recebíveis com direito de regresso, dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), sem considerar os saldos de arrendamento mercantil financeiro, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é a razão da medição da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA, conforme explicado acima. A Dívida Bruta, Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e/ou Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essas medidas funcionam como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há nenhum evento subsequente que altere as demonstrações de 31 de dezembro de 2025.

Os eventos subsequentes comentados em notas explicativas das demonstrações de 31 de dezembro de 2024 são apenas informativos, conforme descritos abaixo:

Em 12 de fevereiro de 2025 (retificada em 28 de março de 2025), o Conselho da Administração, aprovou, por unanimidade, a outorga de opções de compra de 500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, referente ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2021. A data de outorga iniciou-se em 02 de janeiro de 2025.

2.7 – Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2025
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; (c) para a formação da reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) retenção de parcela do lucro líquido para fazer face a orçamento de capital proposto pela administração da Companhia e aprovado pela Assembleia Geral; e (e) distribuição de dividendos do valor remanescente.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social é de 25% do saldo do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos dividendos ocorre anualmente, quando apurado lucro ou houver reserva de lucro. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos, desde que não esteja em mora com obrigações contratuais em relação às debêntures ou em contratos financeiros de sua emissão, assim como não existem restrições impostas por contratos, (exceto os mencionados anteriormente), decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, aprovada em 31/07/2023 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no site da Companhia https://www.veste.com/governancacorporativa/politicas/ .

2.8 – Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ou ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia investiu o total de R\$ 129,8 milhões, dos quais (i) R\$37,7 milhões correspondem ao ativo imobilizado, tais como investimentos em reformas das lojas existentes; e (ii) R\$ 92,1 milhões de gastos com intangíveis, tais como: desenvolvimento de coleção e investimentos nas plataformas de e-commerce e projetos de tecnologia.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu o total de R\$ 129,0 milhões, dos quais (i) 37,6 milhões correspondem ao ativo imobilizado, tais como investimentos em reformas das lojas existentes; e (ii) R\$ 91,5 milhões de gastos com intangíveis, tais como: desenvolvimento de coleção e investimentos nas plataformas de e-commerce e projetos de tecnologia.

Neste momento, a Companhia pretende, dentre outros objetivos e se oportuno e em conformidade com sua estratégia de negócios, voltar seus investimentos para, essencialmente, a reforma e modernização de lojas onde já opera, a fim de garantir a otimização de suas operações.

Ainda assim, a administração da Companhia permanece em constante processo de avaliação de novas oportunidades de investimentos que estejam alinhadas à estratégia de negócios da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados em 2024 e citados no item (i) acima foram financiados, principalmente, pela geração de caixa das operações da Companhia e por aumento de capital social, no montante de R\$ 10.049 milhares, homologado em 03 de março de 2024.

Os investimentos realizados em 2025 e citados no item (i) acima foram financiados, principalmente, pela geração de caixa das operações da Companhia e pela liberação da segunda parcela do financiamento junto ao FINEP, no montante de R\$ 37.287 milhares, durante o quarto trimestre de 2025.

Para novos investimentos de longo prazo, a Companhia poderá, se assim desejar, além do capital próprio, utilizar outras fontes de financiamento como, por exemplo, financiamentos bancários ou captação de recursos através do mercado de capitais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou desinvestimentos significativos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Durante o último exercício social, não foram realizadas aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O mercado de atuação da Companhia possui diversas oportunidades relacionadas a questões ASG, principalmente no que diz respeito a formas de consumo mais sustentáveis.

Nesse contexto, a Companhia vem estruturando e consolidando sua agenda ambiental, social e de governança (ASG), integrando-a à sua estratégia corporativa e à gestão de riscos, por meio das seguintes iniciativas:

- I. Signatária do Pacto Global da ONU, aderindo aos seus princípios e participando dos movimentos Ambição Net Zero e Elas Lideram, assumindo compromissos públicos relacionados à descarbonização e à promoção da equidade de gênero na alta liderança;
- II. Desde o exercício social de 2022, elabora Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com base em metodologia reconhecida, com o objetivo de mensurar, monitorar e gerenciar suas emissões. Em 2025, submeteu suas metas climáticas de curto prazo à validação da Science Based Targets initiative (SBTi), alinhando sua estratégia de descarbonização a referenciais científicos internacionalmente aceitos;
- III. Desde 2022, divulga anualmente Relatório de Sustentabilidade elaborado em conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), assegurando padronização, comparabilidade e transparência das informações prestadas ao mercado. Referido relatório contempla, dentre outros aspectos, metas ambientais relacionadas à substituição de materiais por alternativas de menor impacto climático, à eliminação de plásticos desnecessários e à transição para 100% de energia renovável em suas operações próprias até 2030;
- IV. Estabeleceu metas públicas relacionadas à diversidade, incluindo o objetivo de alcançar 40% de pretos, pardos e indígenas em cargos de liderança até 2030, implementando programas internos voltados à capacitação e ao desenvolvimento de talentos com vistas ao cumprimento desse compromisso;

- V. Desde 2021, mantém mais de 70% de suas posições ocupadas por mulheres e já conta, atualmente, com maioria feminina na Diretoria. A Companhia formalizou a meta pública de manter 50% ou mais dos cargos de alta liderança ocupados por mulheres até 2030. Embora o percentual atualmente praticado já supere tal patamar, a formalização do compromisso representa obrigação institucional de manutenção dessa representatividade nos próximos exercícios, conferindo previsibilidade e transparência ao mercado;
- VI. Signatária do programa ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil, possui certificação Ouro em sua unidade fabril no Estado do Paraná e declara que 100% de sua cadeia de fornecimento encontra-se certificada no âmbito do referido programa, em conformidade com critérios socioambientais e trabalhistas estabelecidos pelo setor;
- VII. Considera os temas climáticos como fatores de risco de natureza econômico-financeira e encontra-se em processo de preparação para a elaboração e divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade em conformidade com os padrões IFRS S1 e IFRS S2, nos termos da Resolução CVM nº 193/2023, aplicável aos exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026; e
- VIII. Desde a realização de sua oferta pública inicial de ações (IPO), encontra-se listada no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeitando-se voluntariamente a padrões diferenciados de governança corporativa, que incluem, entre outros, a emissão exclusiva de ações ordinárias com direito a voto, requisitos adicionais de transparência, regras mais rigorosas de estrutura e funcionamento do Conselho de Administração e mecanismos ampliados de proteção aos acionistas minoritários.

Em consonância com o item 1.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende que a evolução de sua agenda ASG poderá ensejar a ampliação de investimentos e iniciativas voltadas à eficiência operacional, à mitigação de emissões de gases de efeito estufa, à adoção de insumos com critérios socioambientais e ao aprimoramento da gestão de embalagens e resíduos, com potenciais reflexos positivos sobre sua reputação, sua eficiência produtiva e sua geração de valor no longo prazo.

No âmbito social, a Companhia pretende manter e ampliar programas internos de capacitação de lideranças e de desenvolvimento de carreira direcionados a grupos sub-representados, em linha com suas metas públicas de diversidade.

A Companhia entende que tais iniciativas configuram oportunidades estratégicas de fortalecimento de sua cadeia de suprimentos, de otimização de seus processos produtivos e logísticos e de aprimoramento contínuo de suas práticas de governança, demonstrando sua capacidade de incorporar critérios ASG à gestão corporativa de forma estruturada e consistente.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e não foram comentados em outros itens desta seção 2.

ANEXO II
Destinação do Lucro Líquido¹

A Administração da VESTE S.A. ESTILO ("Companhia") propõe a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 24.408.860,06** (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e sessenta reais e seis centavos), conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de março de 2026, da seguinte forma:

- **Reserva Legal:** R\$ 1.220.443,00
- **Dividendos:** R\$ 5.797.104,26
- **Destinação para reserva de Orçamento de Capital:** R\$ 17.391.312,80

1) Informar o Lucro Líquido do exercício

A Companhia apurou lucro líquido no exercício de 2025 no montante de R\$ 24.408.860,06 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e sessenta reais e seis centavos).

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Data da declaração	Remuneração	Tipos de ações	Montante global (R\$)	Valor por ação (R\$)	Data do pagamento
28/04/2026	dividendo	ordinárias ²	5.797.104,26	0,05070330	até 29/05/2026

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido ajustado distribuído é de 25%, em conformidade com o estatuto social da Companhia e o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a constituição da reserva legal.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Exercício	31.12.2023
Dividendos pagos	R\$ 5.410.009,99
Qtde de ações	114.000.510
Valor por ação dos dividendos	0,04746
Exercício	31.12.2024
Dividendos pagos	R\$ 158.128,94
Qtde de ações	114.000.510
Valor por ação dos dividendos	0,00138709

¹ Anexo A da RCVM 81/22

² O capital social da Companhia é integralmente representado por ações ordinárias.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Data da declaração	Remuneração	Tipos de ações	Montante global (R\$)	Valor por ação (R\$)	Data do pagamento
28/04/2026	dividendo	ordinárias ³	5.797.104,26	0,05070330	até 29/05/2026

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia propõe que os dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2026 (“Assembleia”) sejam pagos à vista até o dia 29 de maio de 2026.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que os dividendos a serem declarados na Assembleia não estarão sujeitos à incidência de atualização monetária ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos, caso aprovados pela Assembleia, serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão do dia 28 de abril de 2026 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 29 de abril de 2026, inclusive.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

³ O capital social da Companhia é integralmente representado por ações ordinárias.

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Vide tabela apresentada no item b abaixo.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

EXERCÍCIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	VALOR POR AÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (2)	VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS (2)	VALOR POR AÇÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (2)	REMUNERAÇÃO TOTAL DISTRIBUÍDA
2024	665.806,08	0,00584	0,00139	n/a	158.128,94
2023	22.778.989,45	0,19981	0,04746	n/a	5.410.009,99
2022	55.274.169,00	0,52109	0,11573	n/a	13.127.615,14

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

Nos termos da lei das S.A., a Administração propõe a destinação de 5% do lucro líquido à reserva legal, que corresponde ao montante de R\$ 1.220.443,00 (um milhão, duzentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e três reais).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei das S.A., do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e nos termos do item (a) do parágrafo único do artigo 33 do estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido obrigatoriamente será destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixo ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral

dos dividendos fixo ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais

10) Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, tendo em vista que a Administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista que a Administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, tendo em vista que a Administração da Companhia não está

propondo a retenção do dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção de dividendos

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e a sua causa

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

13) Havendo destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14) Havendo destinação de resultado para reserva estatutária

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva estatutária.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva estatutária.

c) Descrever como o momento foi calculado

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva estatutária.

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Após a destinação do lucro líquido relativa ao exercício de 2025, a Companhia apurou um saldo na conta de lucros acumulados no montante de R\$ 73.477.922,17. Dessa forma, a administração propõe a destinação do montante de R\$ 17.391.312,80 dos lucros acumulados para a constituição de reserva de plano de investimentos, com base no orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Proposta da Administração para orçamento de Capital da VESTE S.A. Estilo:

Em R\$ milhões	Orçamento 2026
Investimentos adicionais pela previsão de crescimento das operações	
- Investimento em revitalização e modernização de lojas.	36,5
Total de investimento previstos adicionais	36,5
Fontes	
- Retenção de Lucros do exercício de 2025	17,4

Descrição Geral

1 – Reforma de lojas – Revitalização do conceito das lojas, aproximadamente 9 lojas reformadas e 8 novas lojas.

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III
ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL
ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

7.3 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	CRISTINA ANNE BETTS
Data de Nascimento	20/10/1969
Profissão	Administradora de empresas
CPF	144.059.448-14
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data prevista da eleição	02 de dezembro de 2025, eleita pelo Conselho de Administração, sujeita à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2026
Data prevista da posse	02 de dezembro de 2025
Prazo do mandato	até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Sim
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Cristina Anne Betts é formada em Administração de Empresas pela FGV (1991) e possui MBA pelo INSEAD, na França. A Sra. Cristina atuou na Iguatemi S.A., onde ocupou o cargo de CEO de 2021 a 2025 e de CFO de 2008 a 2025. Também trabalhou na TAM Linhas Aéreas S.A., de 2004 a 2008, onde exerceu a função de Diretora de Planejamento Estratégico e Controladoria, sendo igualmente responsável pela área de Relações com Investidores, entre outras atividades. Anteriormente, trabalhou na consultoria estratégica Bain, no Banco Garantia e na PriceWaterhouse. A Sra. Cristina também foi membro do Conselho de Administração da Contax S.A., da Fleury

	S.A. e da Associação Umane, além de ter atuado como membro do Conselho Fiscal da Rumo S.A. Atualmente, é membro do Conselho de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria da B3 S.A. e membro independente do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos S.A.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não aplicável

Nome	CAROLINA ROSSI WOSIACK
Data de Nascimento	29/09/1982
Profissão	Administradora de empresas
CPF	988.339.520-53
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data prevista da eleição	12 de fevereiro de 2026, eleita pelo Conselho de Administração, sujeita à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2026
Data prevista da posse	12 de fevereiro de 2026
Prazo do mandato	até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Sim
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não houve mandatos consecutivos
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em	Carolina Wosiack possui ampla experiência executiva internacional em estratégia, transformação (digital e operacional), crescimento e governança, com atuação em empresas globais de grande porte e organizações de alto

sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	crescimento. Atualmente é Global Agile Transformation Head na Kraft Heinz (desde 2024), liderando a estratégia de transformação plurianual da companhia em quatro zonas internacionais (América do Norte, Europa, Ásia e Mercados Emergentes), com foco em inovação, brand growth, expansão de mercados, transformação digital, IA e eficiência operacional. Na mesma companhia, atuou como VP of Strategy & Transformation LATAM (2023–2024). Foi Managing Director para EMEA na CI&T (NYSE: CINT) (2019–2023), liderando a expansão e o P&L da operação europeia, contribuindo para o IPO e a integração de empresas adquiridas, além de presidir o CI&T EMEA Board. Na mesma companhia, atuou como executiva em Estratégia e Transformação (2017–2019), conduzindo programas globais de transformação e go-to-market com foco em CPG e Varejo. Sua trajetória inclui atuação em estratégia e inovação na Roche (2+ anos), Johnson & Johnson (4+ anos) e Ericsson (3+ anos). Em governança, foi Conselheira Independente da Veste S.A. (2023–2024) e atualmente lidera o Comitê de Estratégia, Crescimento e Digital (2024–2026). É graduada em Administração (UFRGS) e Relações Internacionais (Università di Bologna), possui MBA Internacional, Sloan Master's (London Business School) e formação de conselheira pela Fundação Dom Cabral.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não aplicável

Nome	HENRY COSTA
Data de Nascimento	29/07/1974
Profissão	Administrador de empresas
CPF	679.927.300-20
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)

Data prevista da eleição	24 de março de 2026, eleito pelo Conselho de Administração, sujeito à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2026
Data prevista da posse	24 de março de 2026
Prazo do mandato	até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Sim
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Executivo com 27 anos de experiência no varejo de moda e lifestyle, com carreira consolidada na Lojas Renner S.A., onde iniciou como trainee e alcançou o cargo de Diretor Estatutário de Produto e Supply Chain. Possui ampla experiência na liderança de estratégias de produto, supply chain, marcas próprias, omnicanalidade, transformação digital e desenvolvimento de portfólio em operações de grande escala. Atualmente é sócio-fundador da T.W. Consulting, consultoria especializada em planejamento estratégico, financeiro e comercial, governança e desenvolvimento de lideranças, apoiando empresas em processos de transformação e crescimento sustentável. Graduado em Administração pela PUCRS, possui MBA em Gestão de Varejo pela FGV, formação executiva pela Harvard Business School e Nova SBE, e certificação pelo IBGC (Curso para Conselheiros de Administração). Ao longo de sua trajetória, participou de ciclos estratégicos relevantes, incluindo integração pós-aquisição, evolução da governança comercial, implementação de modelos de gestão orientados por dados e desenvolvimento de marcas e ecossistema digital, além de liderar a operação e expansão da Ashua.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou	Não aplicável

inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	
---	--

Nome	FÁBIO DE BARROS PINHEIRO
Data de Nascimento	19/04/1960
Profissão	Engenheiro eletricitista
CPF	275.497.201-34
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data prevista da eleição	24 de março de 2026, eleito pelo Conselho de Administração, sujeito à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2026
Data prevista da posse	24 de março de 2026
Prazo do mandato	até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Sim
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Profissional com sólida experiência em conselhos de administração, auditoria e reestruturações corporativas, com atuação relevante em companhias abertas, instituições financeiras e empresas de diversos setores, incluindo energia, varejo, tecnologia, serviços e indústria química. Atualmente é conselheiro na Unigel Participações S.A., onde também preside o Comitê de Auditoria, representando credores internacionais no contexto de reestruturação financeira relevante. Atua ainda como conselheiro independente em companhias como Espaço Laser e ClearSale (até mar/2025), tendo presidido comitês de auditoria e participado de comitês de ESG e remuneração. Foi conselheiro independente do BNDES, Finame e BNDESPar, com participação ativa em comitês estratégicos de mercado de capitais, crédito, riscos e finanças, além de ter atuado na estruturação de operações relevantes de financiamento, desinvestimentos e privatizações. Também exerceu posições de liderança em conselhos de empresas como Eneva S.A., ItsSeg Seguros Inteligentes S.A. (Presidente do Conselho) e

	Enauta Participações S.A., participando de processos de reestruturação, fusões e aquisições e transformações estratégicas. Possui longa trajetória no setor financeiro, tendo sido sócio e diretor gerente do Banco Pactual e do UBS Pactual, com atuação em análise financeira, estruturação de operações de mercado de capitais, fusões e aquisições e reestruturações, totalizando transações relevantes. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, possui MBA em Finanças pela Indiana University (EUA). Fluente em português e inglês, com conhecimento intermediário de francês.
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não aplicável

ANEXO IV
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma “*Política de Remuneração dos Administradores*” aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2022 (“*Política de Remuneração*”), a qual se encontra disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://www.veste.com/governanca-corporativa/politicas/>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

O objetivo da Política de Remuneração é estabelecer as diretrizes e os critérios aplicados para fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia. A prática da Companhia é voltada para remunerar o trabalho e recompensar a competência e a responsabilidade de seus administradores e visa atrair e reter profissionais qualificados do mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os seguintes órgãos e estruturas da Companhia são responsáveis pelo processo de determinação da remuneração de seus administradores:

- Assembleia Geral Ordinária: é responsável, anualmente, pela aprovação do limite global da remuneração, nos termos da legislação aplicável. A Assembleia Geral também é responsável por fixar a remuneração do conselho fiscal, no momento de sua eleição, quando for o caso, de acordo com práticas de mercado, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% do valor atribuído à média da remuneração fixa da Diretoria Estatutária, nos termos do artigo 162, §3.º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).
- Conselho de Administração: nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a determinação do valor remuneração individual dos membros do Conselho de Administração é feita pelo próprio Conselho, que delibera a atribuição individual da remuneração de cada membro, assim como da remuneração dos membros das Diretorias Estatutária e Não-Estatutária e de Comitês.

- Diretoria Estatutária: para definição da remuneração individual dos membros da Diretoria, é realizada uma recomendação feita diretamente pelo Diretor Presidente da Companhia, com o apoio do Departamento de Recursos Humanos da Companhia, ao Conselho de Administração, que validará a remuneração individual dos Diretores Estatutários.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação que disciplina o assunto e a prática de mercado, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia leva em consideração: (i) seu desempenho nas funções que ocupam; (ii) sua experiência, formação e qualificação para exercício do cargo; e (iii) o impacto do desempenho de suas funções nos resultados da Companhia. Adicionalmente, são estabelecidas metas individuais para cada exercício que variam conforme a atuação de cada Diretoria, conforme indicadas no item 8.1 (c)(i) abaixo. Além disso, os critérios utilizados para definição da remuneração individual dos executivos da Companhia consideram as práticas de mercado e pesquisa salarial realizada uma vez a cada dois anos pela Korn Ferry, consultoria especializada no tema. Os critérios para fixação da remuneração individual consideram a comparação com empresas do mesmo segmento e mesmo porte, assim como a experiência, responsabilidade do profissional e resultados entregues. Os relatórios elaborados a partir da pesquisa incluem informações sobre salários base, bônus, benefícios e políticas de remuneração, as quais servem como base, em conjunto com a metodologia da consultoria contratada, para determinar a remuneração a ser proposta aos órgãos da Administração da Companhia, para posterior aprovação.

Os membros do Conselho de Administração recebem a mesma remuneração a título de pró-labore, exceto, desde 2023, pelo Presidente do Conselho de Administração, que possui remuneração diferenciada em função de sua experiência e tempo dedicado ao cargo, bem como por conta da responsabilidade e atribuições atreladas ao seu cargo. Adicionalmente determinados membros podem fazer jus a benefícios, como plano de saúde.

O membro do Conselho de Administração que integrar os comitês de assessoramento ao órgão poderá receber remuneração adicional, conforme deliberação do Conselho de Administração.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará anualmente a adequação da Política de Remuneração em reunião realizada especialmente para este fim. Essa avaliação consiste em verificar se a política praticada pela Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, as práticas de mercado, bem como com a situação econômico-financeira da Companhia no exercício social em questão.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração dos administradores é composta pelos seguintes itens:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal a título de pró-labore, que é fixada comparando-se com padrões de mercado, e tem por objetivo remunerar o trabalho e contribuição dos conselheiros para a Companhia, conforme descrito no subitem (b)(ii) acima. A remuneração pode, eventualmente, ser complementada por opção de compra de ações de emissão da Companhia. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a nenhuma remuneração variável.

A Companhia poderá desembolsar despesas razoáveis gastas pelos membros do Conselho de Administração para o desempenho de suas funções, com locomoção, alimentação e estadia.

Pode haver variação nos valores da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que são remunerados, em razão do grau de comprometimento e expertise de cada conselheiro, conforme descrito no subitem (b)(ii) acima.

O membro do Conselho de Administração que integrar os comitês de assessoramento ao órgão poderá receber remuneração adicional, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável, mediante o cumprimento de metas em cada exercício, e pode, eventualmente, ser complementada por opção de compra de ações de emissão da Companhia.

A definição da composição da remuneração da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária é a seguinte:

- Remuneração fixa: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da Diretoria, assim como o desempenho, experiência, formação, conhecimento e impacto no resultado, visando remunerar a contribuição individual para o crescimento da Companhia.
- Benefícios: diretos e indiretos, dentro das práticas usuais do mercado.
- Remuneração variável: tem como objetivo premiar o alcance e cumprimento de metas operacionais e financeiras de médio prazo da Companhia, alinhadas ao desempenho individual, sustentabilidade e à estratégia de crescimento, mediante o pagamento anual.
- Outorga de opção compra de ações: tem por objetivo gerar incentivo de longo prazo, com a finalidade de atrair e manter profissionais qualificados e incentivar o alinhamento dos interesses dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia.

Comitês

A remuneração dos membros do Comitê será fixa, mensal e definida pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. Os membros dos Comitês não fazem jus a nenhuma remuneração variável,

remuneração baseada em ações ou a quaisquer benefícios diretos ou indiretos por seu cargo no respectivo comitê.

A Companhia poderá desembolsar despesas razoáveis gastas pelos membros de Comitês para o desempenho de suas funções, com locomoção, alimentação e estadia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é determinada pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia, com base na legislação pertinente. O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo sido instalado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a nenhuma remuneração variável, remuneração baseada em ações ou a quaisquer benefícios diretos ou indiretos.

A Companhia poderá desembolsar despesas razoáveis gastas pelos membros do Conselho Fiscal para o desempenho de suas funções, com locomoção, alimentação e estadia.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração descrita acima busca incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando, assim, a atração de talentos para a Companhia, em condições competitivas com seus pares. Para o médio e longo prazo, a Companhia estuda reter profissionais qualificados por meio de remuneração variável baseada em performances individuais e da Companhia, conforme a estrutura da remuneração variável e da remuneração baseada em ações.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

2025	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	86,7%	13,3%	0,0%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	85,7%	14,3%	0,0%	100,0%
Comitês	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

2024	Remuneração fixa (1)	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	92,3%	7,7%	0,0%	100,0%

Diretoria Não Estatutária	89,6%	10,4%	0,0%	100,0%
Comitês	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

2023	Remuneração fixa (1)	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	82,4%	17,6%	0,0%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	71,2%	28,8%	0,0%	100,0%
Comitês	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

(1) As colunas de Remuneração fixa contemplam valores referentes à Cessação de Cargo

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global da remuneração paga pela Companhia aos seus administradores é definido anualmente em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho de Administração define a remuneração individual dos administradores, tanto fixa quanto variável, com base no desempenho individual e comparando-se com padrões de mercado, conforme descrito no subitem (b)(ii) acima.

As parcelas da remuneração individual fixa dos administradores podem ser reajustadas, sujeitas a negociação, de acordo com os respectivos contratos, e se baseia em padrões de mercado. A parcela da remuneração variável dos administradores, na forma de bônus, é calculada a partir das metas conferidas ao administrador e à Companhia que tenham sido alcançadas.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho aplicados a remuneração fixa baseiam-se no grau de responsabilidade da função e impacto no resultado.

Os indicadores de desempenho aplicados à parcela variável da remuneração baseiam-se, primeiramente, no atingimento de indicadores operacionais e financeiros da Companhia durante o exercício correspondente, principalmente, ao faturamento bruto, EBITDA, lucro líquido e geração de caixa.

Adicionalmente, é avaliada a atuação de cada diretor de forma individual, contemplando projetos de melhoria e a contribuição da área de atuação para o atingimento de indicadores operacionais e financeiros da Companhia.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia possui indicadores de desempenho objetivos ligados a questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) para cálculo da remuneração de dois diretores, um estatutário e outro não estatutário, que são diretamente responsáveis pelo atingimento de compromissos públicos de questões ASG assumidos pela Companhia, conforme

divulgado no Relatório de Sustentabilidade de 2025. A Companhia reconhece a importância de integrar as questões ASG em sua estrutura de remuneração variável, no entanto, até a presente data, a formalização desse aspecto na Política de Remuneração da Companhia, ainda está em fase de desenvolvimento. A Companhia está comprometida com a adoção de práticas que reflitam seus valores ASG e está trabalhando ativamente para estabelecer métricas que possam ser incorporadas de maneira efetiva e significativa na remuneração variável dos administradores da Companhia, em conformidade com as diretrizes do Regulamento de Emissores da B3.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração em elementos fixo, variável e de eventual outorga de opções de compra de ações é usual no mercado e visa alinhar os interesses de curto, médio e longo prazo dos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e Não Estatutários e da Companhia. Adicionalmente, busca alinhar os interesses entre membros da administração e acionistas, contribuindo para o estímulo e para a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como para atrair novos profissionais sempre que necessário.

Para o Conselho Fiscal e Comitês, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição pelo exercício de suas funções.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Item não aplicável, considerando que não há membros da administração que não são remunerados pela Companhia.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, visto que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, visto que não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2 – Valores da remuneração: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2026 – Valores Previstos				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	1,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	1,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.700.000,00	5.500.000,00	100.000,00	8.300.000,00
Benefícios diretos e indiretos	300.000,00	400.000,00	0,00	700.000,00
Remuneração por participação em comitês	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções) (1)	300.000,00	1.200.000,00	0,00	1.500.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.500.000,00	10.900.000,00	100.000,00	14.500.000,00

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2025 – Valores Anuais
--

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,92	4,67	3,00	13,59
Nº de membros remunerados	5,92	4,67	3,00	13,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.516.666,67	4.341.357,10	254.352,00	7.112.375,77
Benefícios diretos e indiretos	173.368,39	154.893,05	0,00	328.261,44
Remuneração por participação em comitês	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	691.450,00	0,00	691.450,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.876.664,79	0,00	1.876.664,79
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.798.035,06	7.064.364,95	254.352,00	10.116.752,01

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.940.000,00	4.296.291,33	246.396,24	7.482.687,57
Benefícios diretos e indiretos	267.234,34	254.556,27	0,00	521.790,61

Remuneração por participação em comitês	324.000,00	0,00	0,00	324.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	460.524,00	0,00	460.524,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de Cargo	0,00	946.794,00	0,00	946.794,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.531.234,34	5.958.165,60	246.396,24	9.735.796,18

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,42	2,00	13,42
Nº de membros remunerados	6,00	5,42	2,00	13,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.572.927,76	4.843.604,77	151.376,03	7.567.908,56
Benefícios diretos e indiretos	198.561,09	233.233,44	1.133,75	432.928,28
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	1.743.000,00	0,00	1.743.000,00

Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de Cargo	0,00	3.110.906,31	0,00	3.110.906,31
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.771.488,85	9.930.744,52	152.509,78	12.854.743,15

8.3 – Remuneração variável: em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31/12/2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	1,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,92	4,67	3,00	13,59
Nº de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	4,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	691.450,00	0,00	691.450,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

do exercício social				
---------------------	--	--	--	--

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.800.000,00	0,00	3.800.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	460.524,00	0,00	460.524,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,42	2,00	13,42
Nº de membros remunerados	0,00	5,42	0,00	5,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	1.743.000,00	0,00	1.743.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de	0,00	0,00	0,00	0,00

remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2021, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, empregados, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, suas sociedades controladas, diretas ou indiretas ("Pessoas Elegíveis"). As Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho de Administração e que aceitem participar do Plano serão denominadas de "Participantes". A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Participantes ("Contrato de Opção").

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, o qual pode, observadas as restrições previstas em lei, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano, composto por, no mínimo 3 (três) membros, incluindo necessariamente o Presidente do Conselho de Administração.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, no Plano e no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano, conforme previsto no art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Observado eventual período de restrição à negociação, se aplicável, a partir do momento da subscrição ou efetiva aquisição das ações resultantes do exercício das opções, o Participante terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionistas previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida e as respectivas ações sejam transferidas para a titularidade do Participante, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será

entregue ao Participante em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas será o mesmo de opções, conforme descrito no item (d) abaixo.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia na data de cada outorga, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas no âmbito do Plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(e) condições de aquisição de ações

Periodicamente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia definirá os Participantes, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, os prazos de carência, o preço de exercício, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício das opções e quaisquer outras disposições relacionadas às opções, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Plano. Não obstante o acima disposto, parte das ações recebidas pelo exercício das opções poderá permanecer sujeita a um período de vedação à negociação, durante o qual o participante não poderá negociar com as referidas ações, cabendo ao Conselho de Administração definir em cada contrato a quantidade de ações sujeita à referida restrição e o respectivo prazo de restrição, se aplicável.

Os Contratos de Opção serão celebrados individualmente por cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer, a seu critério, termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria, em ambos os casos observadas as disposições legais aplicáveis.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano ("Preço de Exercício") será determinado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações da Companhia

na B3, ponderada pelo volume de negociação, em determinado período anterior à data de outorga, conforme parâmetros de cálculo definidos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá determinar nos respectivos Contratos de Opção que o Preço de Exercício será acrescido de correção monetária calculada com base na variação de determinado índice de preços, bem como reduzido por dividendos, juros sobre o capital próprio, distribuições realizadas pela Companhia e/ou outros eventos determinados pelo Conselho de Administração.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, na medida em que os respectivos Participantes permanecerem continuamente vinculados direta ou indiretamente como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia, durante o respectivo prazo de carência previsto no Contrato de Opção.

O Conselho de Administração definirá em cada Contrato de Opção o prazo máximo para o exercício das opções após a data do cumprimento dos respectivos prazos de carência.

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Participantes.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida e as respectivas ações sejam transferidas para a titularidade do Participante, nos termos do Plano e do respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será entregue ao Participante em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

(h) forma de liquidação

O Contrato de Opção estabelecerá o prazo de pagamento pelo exercício das opções pelo Participante à Companhia e a Companhia liquidará as opções exercidas mediante a emissão de novas ações. Para exercício das opções, o Participante deverá encaminhar eletronicamente ao Presidente do Conselho de Administração uma Notificação de Exercício, conforme modelo definido no Contrato de Outorga.

(i) restrições à transferência das ações

Periodicamente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia definirá eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício das opções e quaisquer outras disposições relacionadas às opções, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Plano. Não obstante o acima disposto, parte das ações recebidas pelo exercício das opções poderá permanecer sujeita a um período de vedação à negociação, durante o qual o participante não poderá negociar com as referidas ações, cabendo ao Conselho de Administração definir em cada contrato a quantidade de ações sujeita à referida restrição e o respectivo prazo de restrição, se aplicável.

Cumprido ressaltar que nenhuma disposição do Plano, do Contrato de Opção, ou opção outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador e/ou

empregado e/ou prestador de serviços da Companhia, conforme o caso, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou rescindir o contrato de prestação de serviços e/ou interromper o mandato do administrador.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará (i) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das opções outorgadas no âmbito deste Plano; (ii) por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

A extinção do Plano por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia não afetará a eficácia das opções então em vigor anteriormente outorgadas (salvo se diversamente acordado por escrito com o respectivo Participante), tampouco a eficácia e validade das restrições à negociação com as opções, as ações e/ou a eventual direito de preferência da Companhia previsto no Contrato de Opção.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção; (iii) mediante o distrato do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) em determinadas hipóteses de desligamento do Participante, nos termos do item 8.4 (k) abaixo.

A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Participante faria jus nos termos do Plano.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante, por qualquer motivo, o Contrato de Opção deverá regular os efeitos decorrentes de referido desligamento no direito do Participante de manter as opções e/ou exercer as referidas opções.

8.5 – Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Houve reconhecimento de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações no exercício de 2025. Em 12 de fevereiro de 2025 (retificada em 28 de março de 2025), o Conselho da Administração, aprovou, por unanimidade, a outorga de opções de compra de 500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia. A data de outorga iniciou-se em 02 de janeiro de 2025. A Companhia ainda prevê a realização de novas outorgas de opções de compra de ações no âmbito do plano descrito no item 8.4 no exercício corrente, porém, neste momento, ainda não foram definidas informações acerca da data e quantidade de opções a serem outorgadas. Não obstante, a Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas observarão a diluição máxima descrita no item 8.4 acima.

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	5,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	1,00
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,15%

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,92	4,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	1,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	5,42
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A

8.6 – Outorgas: em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Houve reconhecimento de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações no exercício de 2025. Em 12 de fevereiro de 2025 (retificada em 28 de março de 2025), o Conselho da Administração, aprovou, por unanimidade, a outorga de opções de compra de 500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia. A data de outorga iniciou-se em 02 de janeiro de 2025. A Companhia apresenta abaixo as informações relativas à previsão de outorgas para o exercício social corrente.

A Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas no exercício social corrente observarão o montante global da remuneração, conforme deliberado em Assembleia Geral e previsto no item 8.2 acima, com relação à despesa a ser reconhecida no resultado. Nesse sentido, foram consideradas, de forma exclusivamente indicativa, estimativas para futuras outorgas para o preenchimento do quadro, sendo que tais informações serão confirmadas ou ajustadas na atualização anual deste Formulário de Referência a ser realizada em 2026 ou 2027, conforme o momento de eventuais futuras outorgas no exercício social corrente.

Outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	5,00
Nº total de membros remunerados	6,00	5,00
Data de outorga	a definir	a definir
Quantidade de opções outorgadas	225.000,00	320.000,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em 1 ano 20% em 2 anos 20% em 3 anos 20% em 4 anos 20% em 5 anos	20% em 1 ano 20% em 2 anos 20% em 3 anos 20% em 4 anos 20% em 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após data de vesting	1 ano após data de vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	2,42	2,42
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	544.652,10	774.616,32

**Outorgas de opções de compra de ações realizadas para o exercício social corrente
(2025)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,92	4,67
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	-	02/01/2025
Quantidade de opções outorgadas	-	Lote I: 333.333 Lote II: 166.667
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Lote I: 66,66% em abr/2025; Lote II: 33,34% em abr/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	1 ano após data de vesting
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	-	Lote I: 5,28 Lote II: 5,22
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	2.629.999,98

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2025, existem 166.667 opções em aberto detidas pela Diretoria Estatutária.

8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Em 31 de dezembro de 2025, foram exercidas 333.333 opções detidas pelos membros da Diretoria Estatutária.

8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações na forma de plano de ações restritas.

8.10 – Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações na forma de plano de ações restritas.

8.11 – Ações entregues: em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações na forma de plano de ações restritas.

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

(a) Modelo de precificação

O modelo de precificação adotado pela Companhia para as outorgas de opções de compra de previstas no Plano para o exercício social corrente foi o modelo Binomial.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Foram utilizadas as premissas abaixo para obter o valor justo para a as outorgas de opções de compra realizadas e previstas para o exercício social corrente. A Companhia ressalta que não houve outorgas nos últimos três exercícios sociais.

- Preço médio ponderado das ações: Preço da ação cotação das ações de emissão da companhia na B3;
- Preço de exercício: com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 30 pregões anteriores à data de outorga, conforme parâmetros de cálculo definidos pelo Conselho de Administração;
- Volatilidade esperada: estimada a partir da volatilidade histórica para uma amostra de pares, incluindo a Companhia, compatível com o prazo da opção;
- Prazo de vida da opção: entre 1 e 6 anos, de acordo com o cronograma de *vesting*;
- Dividendos Esperados: definido com base na distribuição futura esperada de dividendos, conforme política de destinação de resultados; e
- Taxa de juros livre de risco: As taxas livres de risco foram obtidas com base no preço de fechamento do contrato futuro de DI1 (Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia) divulgado pela B3 na respectiva data de outorga para prazo de vencimento semelhante.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Como prevê a norma contábil, os modelos de árvore, como o Binomial, têm a vantagem de permitir representar bem o comportamento de exercício antecipado das opções. Um deles é o comportamento de exercício antecipado (antes da expiração) das opções em função de uma valorização satisfatória das ações.

Na avaliação em questão assumimos uma proporção de exercício antecipado de 2, ou seja, os empregados exercem suas opções quando o preço da ação é igual ou maior do que 100% o preço de exercício.

Dentro dos benchmarks que temos no mercado, este pode ser considerado um cenário conservador, já que o executivo está dobrando seu ganho

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Vide item (b) acima.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, considerando que todas as características já estão descritas neste item 8.12.

8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme declaração dos membros da administração da Companhia realizada nos termos da regulamentação aplicável, os administradores da Companhia, as participações detidas por órgão, em 31 de dezembro de 2025, eram as seguintes:

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Companhia	395.463	367.408	0	762.871

8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

8.15 – Remuneração mínima, máxima e média: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº total de membros	4,67	5,00	5,42	5,92	6,00	6,00	3,00	3,00	2,00
Nº de membros remunerados	4,67	5,00	5,42	5,92	6,00	6,00	3,00	3,00	2,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	2.106.435,00	1.948.554,55	2.382.050,00	1.013.368,39	1.107.234,34	788.061,09	84.784,00	82.132,08	51.021,01
Valor da menor remuneração individual (Reais)	736.860,05	618.261,94	549.909,06	340.000,00	420.000,00	292.500,00	84.784,00	82.132,08	50.080,76
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração do órgão dividido pelo número de membros remunerados	1.628.323,20	1.191.633,12	1.832.240,69	472.641,06	588.539,06	461.914,81	84.784,00	82.132,08	76.254,89

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.

Conselho de Administração	
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP. A menor remuneração individual do conselho de administração considera membro que exerceu a função durante 12 meses

Conselho Fiscal	
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2026-CVM/SEP.
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. Adicionalmente, o número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2025-CVM/SEP. Houve uma reposição de um membro do conselho fiscal a partir de maio, razão pela qual existe uma diferença entre a mínima remuneração com a média.
31/12/2023	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido no Ofício Circular/ Anual-2025-CVM/SEP. Os 3 membros do conselho fiscal passaram a compor o órgão a partir de maio, razão pela qual a média apurada é inferior a 3.

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Companhia mantém apólice de Apólice de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores Não Estatutários. (D&O) – conforme mencionada no item 7.7 deste Formulário de Referência - que prevê, inclusive, garantia no caso de aposentadoria dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia durante da vigência da apólice. A apólice foi emitida pela AIG Seguros Brasil S.A., possui vigência até 9 de dezembro de 2026 e limite máximo de garantia de R\$ 60.000.000,00.

8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía acionista considerado como controlador nos três últimos exercícios sociais e não possui no exercício social corrente.

8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável. Nos 3 últimos exercícios sociais, não havia valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item não aplicável, uma vez que não há pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que controle a Companhia. Adicionalmente, não houve, nos últimos três exercícios sociais, valor reconhecido no resultado de sociedade controlada pela Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 8.2

Os valores apresentados no item 8.2 deste Formulário de Referência referentes à previsão de remuneração do Conselho Fiscal para exercício social de 2026 contemplam o funcionamento deste órgão até abril de 2026, uma vez que a Companhia não possui Conselho Fiscal permanente. Caso o Conselho Fiscal seja instalado na AGO a pedido dos acionistas, a Companhia atualizará este item, conforme definido em Assembleia.

O valor apurado como remuneração da Administração no item 8.2 deste Formulário de Referência considera valores de participação em comitês do conselho de administração, enquanto o valor apresentado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, adicionalmente, considera membro(s) de comitê(s) que não faz(em) parte da Administração.